

O ser humano na obra de Clarice Lispector. Breve diálogo com Emmanuel Lévinas

Marília Murta de Almeida¹

Resumo

A obra de Clarice Lispector apresenta nuances que nos permitem pensar o ser humano em diferentes prismas. Este texto busca pensar a partir de uma possível perspectiva humanista, cuidando de esclarecer o sentido de humanismo que pode dialogar com a obra clariceana, necessariamente não antropocentrista. Nessa visão, vemos um ser humano portador da possibilidade de destruir e matar, de modo a colocar em relevo a consideração do *outro* no horizonte da ação humana, o que nos levou a trazer algumas considerações de Emmanuel Lévinas para dialogar com a perspectiva da autora.

Palavras-chave: outro; matar; humanismo; Clarice Lispector; Lévinas.

Pensar o ser humano numa matriz humanista a partir da obra de Clarice Lispector é um desafio em que não há certeza de êxito. O ser humano aparece nessa obra em diversos matizes, mas nenhum deles o coloca em posição de centralidade em relação aos outros seres. Pode-se afirmar que não há antropocentrismo em Clarice Lispector, o que já restringe o campo do humanismo com o qual podemos aqui dialogar. Entretanto, se pudermos pensar no humanismo como uma tradição que busca oferecer uma compreensão do ser humano em que a ideia de universalidade sirva para garantir a pertença de todos os indivíduos humanos em sua abrangência, ou seja, um entendimento que seja ao mesmo tempo descritivo e propositivo², penso que podemos dizer que há humanismo em Clarice Lispector. Encontramos em sua obra uma visão do ser humano, uma crítica ao modo como o ser humano tem lidado com o seu igual, e um chamado a um modo de ação e compreensão que a todos abarque.

Passo então a considerar o que a obra clariceana tem a nos dizer sobre esse ser que somos nós.

¹ (Psicóloga e mestre em filosofia pela UFMG, doutoranda em teologia na FAJE, professora na FAJE e na PUC Minas). mariliamurtaa@gmail.com

² Como propõem os organizadores do volume *As fontes do humanismo latino* em seu prefácio: “Como resultado da fragmentação do conhecimento e dos valores exposta de modo inquestionável pelo pensamento ‘pós-moderno’, introduz-se especialmente no meio acadêmico não somente o relativismo epistemológico, mas também o relativismo ético, com reflexos imprevisíveis na sociedade contemporânea. Neste contexto, parecemos muito importante investigar e rediscutir criticamente as propostas humanistas que foram produzidas historicamente com base na defesa de valores tais como a dignidade, a liberdade, a autonomia, a tolerância e a justiça”. Em: BOMBASSARO, L. C., PAVIANI, J., ZUGNO, P. L. (Orgs.). *As fontes do humanismo latino – Vol. 1: Da Antiguidade à Renascença*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p. 7.

Temos nos acostumado a pensar, a partir da filosofia, no ser humano como aquele que tem que se haver com o fato da morte. Com obra clariceana diríamos melhor que o ser humano é aquele que tem que se haver com o fato de que pode matar. Somos o ser que tem consciência da sua possibilidade de matar o seu semelhante, e que sofre diante dessa possibilidade. Na crônica “Mineirinho”³, a autora escreve sobre um episódio real ocorrido no início dos anos 60, o assassinato de um criminoso pela polícia. A própria Clarice Lispector, na entrevista concedida à TV Cultura em 1977, se refere a essa crônica como um dos seus escritos de que mais gostava, e comenta sobre o fato de que Mineirinho tinha sido morto com treze tiros, “quando um só bastava, o resto era vontade de matar”⁴. Essa ideia nos lança na problemática que aqui anunciei: o ser humano pode ser portador da vontade de matar.

Vejam como isso se desenvolve no texto da crônica, que se inicia já nos colocando na tensão de um questionamento: “É, suponho que é em mim, como um dos representantes de nós, que devo procurar por que está doendo a morte de um facínora. E por que é que mais me adianta contar os treze tiros que mataram Mineirinho do que os seus crimes”⁵. O assassinato do facínora não a consola, antes a lança numa dor não compreendida. Algo dói na narradora da crônica, e ela não sabe por quê. Mas não se trata de algo que pertença apenas a ela, mas sim a todos nós, na medida em que ela é “um dos representantes de nós”. Tudo o que se disser, portanto, da narradora de “Mineirinho”, está sendo dito de todos nós, ou simplesmente, *do ser humano*.

O texto prossegue então na procura de uma compreensão. Logo no segundo parágrafo, lemos:

No entanto a primeira lei, a que protege corpo e vida insubstituíveis, é a de que não matarás. Ela é a minha maior garantia: assim não me matam, porque eu não quero morrer, e assim não me deixam matar, porque ter matado será a escuridão para mim”⁶.

³ LISPECTOR, Clarice. Mineirinho. In: LISPECTOR, Clarice. *Para não esquecer*. (1978) São Paulo: Siciliano, 1992, p. 184-188.

⁴ No site “Revista Bula” podemos ler a transcrição completa da entrevista precedida de tocante depoimento do jornalista Júlio Lerner, que a realizou, sobre os momentos que a antecederam. O vídeo completo pode ser visto no Youtube. LISPECTOR, Clarice. Entrevista para o programa Panorama, TV cultura, 1977. Transcrição com comentário do entrevistador disponível em: <https://www.revistabula.com/503-a-ultima-entrevista-de-clarice-lispector/>, acesso em 10 de junho de 2019. Vídeo completo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ohHP1I2EVnU>, acesso em 10 de junho de 2019.

⁵ LISPECTOR, Clarice. Mineirinho, p. 184.

⁶ Ibidem. p. 184.

Temos aqui, em menos de três linhas, todo um panorama a partir do qual pensar o humano em Clarice Lispector. Há uma lei, a primeira lei, a “que protege corpo e vida insubstituíveis”, que nos diz “não matarás”. A referência bíblica é evidente, a lei que assim nos diz foi anunciada por Moisés, é o quinto mandamento das tábuas da lei. Para a narradora de “Mineirinho”, é a primeira lei, aquela que nos protegerá de morrer e de matar. O indivíduo humano, cujo corpo e vida são insubstituíveis, é capaz de matar, e precisa da lei que o impeça de fazê-lo. E assim compreendemos que somos um ser que precisa de uma lei, de que algo nos seja dito, algo que nos vem de fora, para que possamos agir do melhor modo. E esse modo melhor não é só para o outro, mas também para nós mesmos. A lei nos protege de morrer e assim garante a permanência da vida e do corpo insubstituíveis. Que não queiramos morrer é o dado evidente correlato ao fato de sermos um corpo vivo que busca sobreviver.

Mas não é só isso o que o texto nos aponta. A lei nos protege também de matar, pois, nos diz a narradora, “ter matado será a escuridão para mim”. Podemos ver aqui a abertura compreensiva da crônica para a interioridade humana, sua dimensão anímica – ou espiritual. O ser humano não é apenas um corpo que busca sobreviver – embora não deixe de sê-lo –, é também um ser que sofre, que se sensibiliza diante do mundo. No ponto de que aqui tratamos, dizemos: o ser que sofre ante a possibilidade de matar. A narradora da crônica nos esclarece: não quer morrer, mas também não quer matar. Não quer a escuridão que a tomaria caso matasse.

Escuridão é uma imagem que nos remete à falta de clareza compreensiva, mas também à tristeza e à falta de saída. No seguimento da crônica, vemos o desdobramento da reflexão que nos esclarece sobre por que o ato de matar nos levaria à escuridão. Copio aqui a sequência em que se dá a descrição reflexiva dos tiros que mataram Mineirinho:

Esta é a lei. Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina – porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro.⁷

⁷ Ibidem. p. 184-185.

O correr dos tiros nos serve como um crescendo de compreensão do que é para nós o assassinato. Do assassinato do criminoso, do facínora, ao assassinato de um ser humano, de um outro como eu, de um outro que sou eu. Se no início parece que nos acalmamos, no sentimos seguros com a morte de alguém que é uma ameaça à sociedade, ao bem comum dos outros (os não criminosos), o desdobrar da compreensão nos põe em alerta, nos desassossega, nos envergonha. Um assassinato é um assassinato. A destruição do outro não pode ser o meu consolo. A destruição do outro é a minha destruição. A narradora, caída nessa compreensão, grita o nome de Deus e chama o seu irmão. Na sensibilização aguda que não a permite mais separar-se daquele que foi assassinado, percebe-se como o *outro*. E mais, afirma que *quer ser o outro*. Mais do que percepção, desejo, tomada de posição. Percebendo-se e desejando ser o outro, o ser humano sabe que matar é para si tão destrutivo quanto morrer. Ao matar o outro, mata-se também a si mesmo, lança-se na escuridão correlata à morte do irmão.

Faço agora um corte na leitura da crônica para sobrevoar os ecos dessa problemática em outros pontos da obra de Clarice Lispector.

O romance *A maçã no escuro*⁸ tem como protagonista Martim, um fugitivo, um homem que comete um assassinato, foge, e passa a (re)criar a vida e o mundo, como se fosse possível recomeçar a partir de um ponto zero em que tudo o que já fora vivido pudesse desaparecer e dar lugar a uma nova vida. Martim, embora tenha como fruto de sua jornada uma real reconstrução de si mesmo e do modo como compreende o mundo, fracassa em sua pretensão de ter zerado sua existência. Não pode criar-se, pois é um ser já criado. E mais, é um ser que já vive sob o jugo daquela primeira lei, a que nos diz “não matarás”. Martim, enquanto fugitivo, ressignificará diversas vezes o seu *crime*, chegará a chamá-lo de *grande pulo*⁹, aquele ato que toda pessoa tem o dever de construir para si mesma, e que é quando pode se desfazer de tudo o que a levou até ali, inclusive a obediência à lei. É tornando-se repulsivo, inclusive para si mesmo, que Martim acredita poder realizar radicalmente sua liberdade¹⁰. Mas, ao final, quando for encontrado e levado pela polícia, caminhará docilmente, transformado, mas ainda devedor da lei¹¹.

⁸ LISPECTOR, Clarice. *A maçã no escuro*. (1961) Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

⁹ Ibidem. p. 36.

¹⁰ Ibidem. p. 35-36.

¹¹ Ibidem. p. 333-334.

Em *A paixão segundo G. H.*¹², a protagonista G. H. vive intensa experiência interior – experiência que podemos aproximar da mística – após quase matar uma barata. Matar baratas, algo corriqueiro na vida humana comum, e que a própria Clarice Lispector ensina como fazer no conto “A quinta história”¹³, ganha nesse romance uma força simbólica inquietante, e o ato de tentar matar e fracassar na tentativa lança G. H. em um abismo de experiências diante do corpo semi-vivo da barata. A força do que é vivo faz com que G. H. chegue à percepção reveladora de que ela própria é uma coisa viva em um mundo “todo vivo”¹⁴, e isso a assusta e a mantém em sobressalto. A força da vida aparece como indestrutível – e aqui preciso dizer que Martim também fracassara em sua tentativa de aniquilação: o assassinato que pensara ter cometido fora apenas uma tentativa de assassinato, a vítima sobrevivera¹⁵. Matar, portanto, mais do que algo desejado, parece afigurar-se também como algo impossível para o ser humano, na medida em que a vida, que é todo o mundo, todo o universo, se mantém em suas infinitas formas. O ser humano que se arvora a ser o destituidor ou o criador de vida, se deparará com sua impotência de ser simplesmente uma coisa viva em um mundo todo vivo, em um mundo em que a morte alimenta a vida.

Tal movimento da obra clariceana nos remete de volta a “Mineirinho” e à compreensão de que o problema do matar se insere precisamente no terreno da ética. É apenas pelo compromisso com o outro, seu semelhante, que o ser humano se aflige diante do morrer e do matar, pois no âmbito da natureza a morte é acolhida no movimento constante do mundo todo vivo.

Olhando para o *outro* assassinado, caído no chão, a narradora de “Mineirinho” lamenta: “Só depois que um homem é encontrado inerte no chão, sem o gorro e sem os sapatos, vejo que esqueci de lhe ter dito: também eu”¹⁶. Também eu sou como você, também eu sou um ser humano vivo marcado pela dor e pela possível violência. E também eu morro agora com você, eu, que estive falsamente dormindo, sonso, a fingir que nada percebia, “até que treze tiros nos acordam, e com

¹² LISPECTOR, Clarice. *A paixão segundo G. H.* (1964) Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

¹³ LISPECTOR, Clarice. A quinta história. In: LISPECTOR, Clarice. *Felicidade clandestina*. (1971) Rio de Janeiro: Rocco, 1988, p. 147-150.

¹⁴ LISPECTOR, Clarice. *A paixão segundo G. H.*, p. 22.

¹⁵ LISPECTOR, Clarice. *A maçã no escuro*, p. 301.

¹⁶ LISPECTOR, Clarice. *Mineirinho*, p. 185.

horror digo tarde demais — vinte e oito anos depois que Mineirinho nasceu — que ao homem acuado, que a esse não nos matem”¹⁷.

A expressão “homem acuado” nos abre outra perspectiva para a compreensão da violência que portamos, “violência inocente — não nas conseqüências, mas em si inocente como a de um filho de quem o pai não tomou conta”¹⁸. Essa imagem do descuido de um pai e o desenrolar da crônica vai nos permitir dizer que somos capazes de matar quando temos nossa natureza primária pisada, e essa primeira camada do que somos é *amor*. Vejamos o trecho em que essa ideia é explicitada, juntamente com a exortação a que sejamos capazes de construir uma justiça que dê conta das reais necessidades do ser humano — *todo o ser humano*, isto é, o ser humano em sua inteireza, e *todo ser humano*, ou seja, todos os seres humanos — e que substitua a justiça que temos, que tem atuado sempre a favor de alguns em detrimento de outros:

Quero uma justiça que tivesse dado chance a uma coisa pura e cheia de desamparo em Mineirinho — essa coisa que move montanhas e é a mesma que o fez gostar “feito doido” de uma mulher, e a mesma que o levou a passar por porta tão estreita que dilacera a nudez; é uma coisa que em nós é tão intensa e límpida como uma grama perigosa de *radium*, essa coisa é um grão de vida que se for pisado se transforma em algo ameaçador — em amor pisado; essa coisa, que em Mineirinho se tornou punhal, é a mesma que em mim faz com que eu dê água a outro homem, não porque eu tenha água, mas porque, também eu, sei o que é sede; e também eu, não me perdi, experimentei a perdição. A justiça prévia, essa não me envergonharia. Já era tempo de, com ironia ou não, sermos mais divinos; se adivinhamos o que seria a bondade de Deus é porque adivinhamos em nós a bondade, aquela que vê o homem antes de ele ser um doente do crime.¹⁹

Há, pois, em nós, um grão de vida originário, uma coisa intensa e explosiva como uma grama de *radium*, o elemento radioativo, que é amor e nos move em direção à outra pessoa, nosso semelhante, em quem reconhecemos nossa própria sede. Porém, se esse grão de vida, grão de amor, for pisado, pode se transformar em punhal, em ferocidade. A “justiça prévia”, aquela que daria chance ao grão de vida de cada um e de todos nós, compreenderia de outra maneira quando um de nós se perdesse e visse irromper em si a violência. Seria uma justiça tocada pela bondade; bondade que temos distanciado de nós, como se fora uma característica apenas divina, e a narradora aqui nos aponta: se a vemos em Deus é porque a intuímos em nós. É essa bondade que deve cobrir a justiça para que possamos

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Ibidem. p. 185-186.

estender a mão a Mineirinho, na compreensão de que poderia ser qualquer um de nós em seu lugar.

Recorro agora a Emmanuel Lévinas, que também se valeu do mandamento “não matarás” para dizer sobre a experiência humana, e que pode aqui fecundar o problema tal como o descrevi até aqui com Clarice Lispector.

Para Lévinas, o outro humano, *Outrem*, é aquele que porta o *Rosto* que me assalta com seu infinito desconhecido. Diante do *Rosto*, não tenho como me refugiar no mesmo de uma identidade fechada, pois ele me desorganiza com aquilo que porta e que não posso alcançar. Se desejo matá-lo, o que quero destruir é precisamente essa coisa que me escapa, que está além de mim. E, nesse sentido, *Outrem* é o único ser que posso querer matar, porque é o único que me destitui da tranquilidade do mesmo, que me perturba com sua infinitude. Nesse sentido, “matar não é dominar, mas aniquilar, renunciar em absoluto à compreensão”²⁰, destruir aquilo que me impede a totalidade da compreensão – porque me remete ao infinito desconhecido – e, assim, paradoxalmente, desistir de compreender.

Permanecer diante do *Rosto*, suportando a inquietude do conhecimento incompleto e a insegurança de não saber o que pode se passar frente ao desconhecido – porque ele pode me matar! – é o único caminho que temos para prosseguir construindo compreensões abertas e em movimento. E é esse apelo infinito do *Rosto de Outrem* que nos lança o “não”, “não cometerás o assassinio” – *não matarás*.

O que para a narradora de “Mineirinho” é a primeira lei, aquela que nos salva e nos protege, e que não tem sua origem determinada no contexto da crônica, em Lévinas é claramente localizado no apelo de *Outrem*, que porta em si a transcendência, aquilo que me ultrapassa absolutamente²¹. É, pois, da parte daquilo que absolutamente *não é o mesmo* que surge o “não” que barrará em mim o desejo de aniquilação.

E aqui penetramos em um ponto que parece vital no pensamento de Lévinas. Não se trata de obediência ou não a uma lei ou interdito, mas antes de uma impossibilidade:

Há uma relação, não com uma resistência muito grande, mas com alguma coisa de absolutamente *Outro*: a resistência do que não tem resistência – a resistência ética. A epifania do rosto suscita a possibilidade de medir o infinito da tentação do assassinio,

²⁰ LÉVINAS, Emmanuel. *Totalidade e Infinito*. Lisboa: Edições 70: 2017, p. 192.

²¹ *Ibidem*. p. 193.

não como uma tentação de destruição total, mas como impossibilidade – puramente ética – dessa tentação e tentativa. (...) A guerra supõe a paz, a presença prévia e não alérgica de Outrem; não assinala o primeiro acontecimento do encontro.²²

Não posso aniquilar o que *Outrem* me desperta exatamente pelo que de infinito está aí implicado. E esse infinito se enraíza num encontro originário – aquele irradiado pelo grão de *radium*? – cujo primeiro acontecimento não é o desejo de aniquilar. Esse desejo, portanto, nasce sobre um solo já fertilizado por algo de infinito, de impossível de ser aniquilado, e que é da ordem do encontro.

A obediência ao *não* que me vem do encontro com o Rosto é o que pode, desse modo, nos salvar de matar e morrer, e nesse movimento se instaura a ética. Ao não tentar aniquilar o outro, me ponho à sua escuta. A sua fome me assalta pelo que contém de irremediavelmente outro, não idêntico a mim.

Poderíamos aqui ver uma divergência em relação à narradora de “Mineirinho”, que nos diz que vê na sede do outro a sua própria sede, ou seja, o tocar-se pela presença do outro seria fruto do reconhecimento de si mesma nele. Mas escutemos também a frase em que ela diz que não se perdeu, mas experimentou a perdição²³. Ainda que o texto não seja claro neste ponto, podemos inferir que ela experimenta a perdição por meio da perdição do outro. Ou seja, o outro expande a minha experiência não apenas porque reconheço nele o que já vivi, mas também porque me oferece o espaço por onde conhecer o que não vivi. O que o outro porta de desconhecido, de não alcançável por minha experiência pessoal me convoca a viver em sua presença, por mim e por ele. Por nós.

O ser humano, o ser capaz de matar, é antes disso o ser capaz do encontro com o que ele não é. É o ser aberto ao absolutamente outro, ao desconhecido. E é o aceitar manter-se na insegurança desse encontro que o pode fazer capaz de não matar e assim se pôr a construir um mundo habitável por todos, um mundo para toda a humanidade, um mundo humano. Humanista, quem sabe.

Referências bibliográficas

BOMBASSARO, L. C., PAVIANI, J., ZUGNO, P. L. (Orgs.). *As fontes do humanismo latino – Vol. 1: Da Antiguidade à Renascença*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

LÉVINAS, Emmanuel. *Totalidade e Infinito*. Lisboa: Edições 70: 2017.

LISPECTOR, Clarice. Mineirinho. In: LISPECTOR, Clarice. *Para não esquecer*. (1978) São Paulo: Siciliano, 1992.

²² Ibidem. p. 193-194.

²³ LISPECTOR, Clarice. Mineirinho, p. 186.

_____. *A maçã no escuro*. (1961) Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. *A paixão segundo G. H.* (1964) Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. A quinta história. In: LISPECTOR, Clarice. *Felicidade clandestina*. (1971) Rio de Janeiro: Rocco, 1988, p. 147-150.

_____. Entrevista para o programa Panorama, TV cultura, 1977. Transcrição com comentário do entrevistador disponível em: <https://www.revistabula.com/503-a-ultima-entrevista-de-clarice-lispector/>, acesso em 10 de junho de 2019. Vídeo completo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ohHP1I2EVnU>, acesso em 10 de junho de 2019.